

**"DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA
Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho**

3 de Setembro de 2014

**PAINEL DE DISCUSSÃO SOBRE A SITUAÇÃO DOS DIREITOS
"Acerca do Governo para o Povo: O Combate à Corrupção"**

**Secretário de Estado Adjunto para a Democracia, Direitos Humanos e Trabalho
Tom Malinowski
com Shruti Shah, Jean Pesme e Heather Lowe
Moderado por Nathaniel Heller**

**3 de Setembro de 2014
OpenGov Hub
Washington, D.C.**

SR. HELLER: Obrigado a todos. Bem-vindos ao OpenGov Hub. Para os que estão aqui pela primeira vez, o lugar onde se encontram é uma comunidade co-laboral integrada por 29 organizações não-governamentais e diferentes empresas que trabalham, a nível muito geral, em questões relacionadas com a participação de cidadãos e transparência. As nossas boas-vindas aos que nunca participaram anteriormente. Aos que já aqui estiveram, sejam bem-vindos novamente, especialmente os quatro apresentadores aqui presentes.

Tenho à minha frente os pontos de discussão de que falarei rapidamente para nos mantermos dentro do horário previsto. O meu nome é Nathaniel Heller, e sou director executivo do Global Integrity, que é um dos grupos que trabalha aqui neste centro. Em nome deste painel, do Departamento de Estado dos EUA, gostaria de dar as boas-vindas a todos os participantes neste evento a que demos o título de "Governo para o Povo: O Combate à Corrupção". Este evento é patrocinado pelo Departamento de Estado em estreita colaboração com o Banco Mundial e os grupos Global Integrity, Transparency International e Global Financial Integrity.

O evento consistirá em pequenos discursos de abertura por cada membro do painel. Em seguida, moderarei um diálogo em que farei algumas perguntas aos membros do painel em resposta às suas apresentações e, em seguida, abrirei os microfones ao público aqui presente e aos espectadores e ouvintes on-line. Temos uma equipa a monitorizar o Twitter, pelo que todos os que estão no Twitter, por favor não hesitem em publicar as vossas perguntas em qualquer momento usado o hashtag #StateofRights, que já está bastante activo e, por isso, usem-no assim se quiserem. Essas perguntas serão canalizadas até mim através deste dispositivo mágico que tenho aqui. Outros recursos disponíveis para acompanhar o evento de hoje encontram-se também em humanrights.gov/StateofRights no ficheiro digital deste evento.

Em primeiro lugar, e certamente não de menos importância, estou realmente entusiasmado por ter entre nós alguém que estou certo todos aqui conhecem, Tom Malinowski, que conta com antecedentes de longa data em questões relacionadas com direitos, direitos humanos, governação e transparência. Ele é actualmente Secretário de Estado Adjunto para Democracia, Direitos Humanos e Trabalho. É realmente uma grande satisfação. Tenho sido seu admirador à distância, por isso sinto-me titulado com a sua presença aqui hoje. Parece-me que todos acharam graça à

minha expressão – (risos) – usei titulado no sentido figurado, claro. (Risos.) Não me está concretamente a titular. Só estou entusiasmado por ouvir – (risos) – pois, isso mesmo. E agora dou-lhe a palavra, Tom, só para nos dar o toque de saída. Estou realmente muito interessado – e sei que partilhará isso connosco – em saber como vocês todos, no âmbito do GEU, estão a tentar enquadrar assuntos relacionados com governação e corrupção como uma questão de direitos humanos, ou não, e como, segundo os vossos pontos de vista, estas duas agendas se combinam. Por isso, gostaria de começar consigo e, em seguida, passar a todos os outros, que apresentarei ao longo da conversa.

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Muito obrigado, Nathaniel. Obrigado a todos por virem até aqui e participarem nesta discussão. Penso que temos um grande número de ouvintes em todo o mundo, através da Internet. Penso que há um grupo de espectadores, por exemplo, na Albânia, por isso quero cumprimentá-los a todos nesse país, bem como a todos os outros.

Em resposta à sua pergunta, nos países que me tiram o sono os direitos humanos e a corrupção são uma só questão. Não se trata de assuntos diferentes e interligados. São o mesmo assunto. Seja um comerciante pobre na Nigéria que é forçado a subornar para proteger o seu estabelecimento num mercado, ou um homem de negócios afluente na Rússia que denuncia uma trama de fraude fiscal e é assassinado por isso, o que ambos confrontam é exactamente o mesmo problema.

E quando analisamos regimes autoritários em todo o mundo, a corrupção é basicamente o princípio operacional central. É o motivo pelo qual inúmeros ditadores insistem em manter-se no poder. É uma cola que mantém esses regimes unidos, pois para alguém fazer parte do núcleo central tem de ser corrupto e, ao ser corrupto, fica vulnerável perante o seu chefe máximo, o qual, por sua vez, tem em seu poder algo para o chantagear caso tente ser-lhe desleal. Além de ser também, como temos visto tantas vezes nos últimos anos, a principal questão em torno da qual as pessoas que lutam pela democracia e pelos direitos humanos mobilizam o público, seja na Tunísia ou na Rússia, na China ou em Burma. Este é o tema que leva – mais do que qualquer outro – aos protestos populares a favor da democracia, do Estado de Direito e da responsabilização do governo.

E penso que, no governo Obama, isto se manifestou como sendo uma das formas mais eficazes – no contexto de corrupção e o seu nexos com o abuso do poder – de mitigar, ou de combater, os abusos de direitos humanos e os regimes não democráticos, por diversos motivos. Primeiro, não há qualquer justificação para a corrupção em qualquer cultura política ou sociedade. Todos dizem ser contra isso. Há regimes que encontram desculpas para deter jornalistas, bloquear a Internet ou fazer diversas outras coisas terríveis, mas ninguém consegue justificar o roubo. Este é portanto o ponto número um.

Em segundo lugar, a oposição à corrupção tende a ser um factor unificador exactamente no seio das populações que os ditadores tentam separar. Quer se trate de sunitas ou xiitas, no Bahrein ou no Iraque, isto é algo que os une. Seja alguém do Norte ou do Sul da Nigéria, isto é um factor unificador. Os nacionalistas, os liberais na Rússia – todos eles se sentem ofendidos pela corrupção do governo de Putin.

Assim como penso que a maioria das pessoas em todo o mundo reconhecem que a acção internacional contra a corrupção é algo legítimo, uma vez que os fundos resultantes da corrupção circulam através do sistema bancário internacional. Como, por exemplo, na Rússia, em que as sondagens da opinião pública têm revelado, sistematicamente, que a maioria dos russos fica insatisfeita quando os governos estrangeiros pressionam o seu país em questões relacionadas estritamente com direitos humanos e democracia, embora, regra geral, tenda a ficar muito satisfeita quando impomos sanções contra pessoas corruptas e poderosas que transferem o seu dinheiro para lugares como a Riviera francesa, Londres ou os Estados Unidos.

Assim, isto é algo a que temos dedicado muita atenção neste governo – como poderemos reforçar os nossos esforços? Muito estamos a fazer, temos estado a fazer e muito têm feito os nossos aliados e parceiros, embora haja também inúmeras deficiências. Acho que já todos observámos que, por vezes, alguns dos mecanismos e instrumentos que temos em vigor para lidar com lideranças corruptas e autoritárias em todo o mundo tendem a ter um efeito semelhante a um imposto sobre a saída do poder de líderes estrangeiros. Nós somos altamente eficazes no momento em que alguém como Yanukovich, na Ucrânia, já está a sair porta fora. Mas a pergunta que se coloca é como poderemos agir com maior eficácia antes de chegar a esse momento.

E há inúmeras coisas que podemos considerar – tomar decisões em termos da nossa própria implementação de legislação de propriedade efectiva de forma a dificultar que as pessoas estabeleçam empresas-fantasma nos Estados Unidos para que, em seguida, possamos combater o mesmo problema noutras jurisdições usando os instrumentos que os nossos Departamentos de Justiça e do Tesouro têm para notificar transacções com bancos nos quais detectamos fluxo de dinheiro ligado à corrupção, indo até ao apoio às organizações da sociedade civil que estão a combater este problema a nível das bases. Esta é uma prioridade elevada. Penso que isto se tornará numa prioridade ainda mais elevada para nós no futuro.

Obrigado.

Sr. HELLER: Fantástico. Tom, muito obrigado. Voltemo-nos agora para Shruti Shah, que é – peço desculpa, esqueci-me do seu título formal e grandioso – Directora Principal de Política da Transparency International USA. Para quem está em D.C., Shruti é uma figura conhecida na comunidade nesta matéria e, por isso, não hesitem em passar directamente aos diapositivos.

SRA. SHAH: Muito obrigada. E bom-dia a todos. Agradeço ao Departamento de Estado, ao Secretário Adjunto Malinowski, aos meus estimados co-membros do painel e a todos os que participam nesta discussão.

Como sabem, a minha organização, a Transparency International USA, tem como objectivo reduzir a corrupção nas actividades comerciais, no governo e no desenvolvimento internacional. E temos constatado no nosso trabalho que a luta contra a corrupção está interligada com a luta pelos direitos humanos. Constatámos que a corrupção reduz a capacidade dos governos de salvaguardar e atender às suas obrigações em matéria de direitos humanos. Por exemplo, quando existe uma força policial corrupta não é possível garantir a todos o acesso à segurança.

Há inúmeras estatísticas sobre corrupção que os meus co-membros do painel possivelmente apresentarão, mas encontrei uma estatística proveniente do Gabinete das Nações Unidas para os Direitos Humanos particularmente significativa. Esta revela que o dinheiro perdido para a corrupção anualmente é suficiente para alimentar a população faminta do mundo 80 vezes – 80 vezes, imaginem.

Vou mostrar-vos três diapositivos nos quais são apresentadas três facetas da corrupção, em três partes distintas do mundo, e onde fica patente a ligação da corrupção às questões relacionadas com direitos humanos e também ao desenvolvimento. Pensei que estes exemplos iriam provavelmente ter um pouco mais eco do que as minhas palavras.

Vamos começar pela Índia, o país onde cresci. Não sei se muitos já ouviram falar dos Commonwealth Games (Jogos da Commonwealth). Trata-se do terceiro maior evento multidesportivo do mundo. Em 2010 estes jogos ocorreram na Índia e o seu objectivo era apresentar a Índia como uma potência económica em ascensão. Lamentavelmente, a realidade foi tudo menos isso. Os jogos foram marcados por reportagens noticiosas sobre corrupção, escândalos e trabalho de má qualidade. A Comissão Central de Vigilância da Índia divulgou que quase todos os empreiteiros inflacionaram os seus custos e que as obras eram de muito má qualidade. O custo total dos Jogos acabou por ser nove vezes superior ao orçamento previsto. E, para além disso, houve também um custo humano: vários trabalhadores, mais de 150, perderam a vida na construção dos Jogos e muitos projectos foram concluídos usando trabalho infantil pago a menos de três dólares por dia.

Falemos agora de outra parte do mundo, a Nigéria. Como sabem, a Nigéria é um país rico em recursos extractivos. É o principal produtor de petróleo de África, riqueza que por si só deveria ser suficiente para tirar milhões de pessoas da pobreza. Infelizmente, a Nigéria regista classificações muito baixas nos indicadores de desenvolvimento humano. A maior parte do país vive abaixo do limiar absoluto da pobreza e, de facto, a taxa de mortalidade infantil na Nigéria é quase três vezes superior à do Bangladesh, país também muito pobre.

Fazendo referência ao que foi dito pelo Secretário Adjunto Malinowski, e para falar um pouco sobre o roubo dos bens nacionais, a Ucrânia é um país que tem sido alvo de bastante cobertura mediática recentemente. No início deste ano, o novo Primeiro Ministro da Ucrânia disse que os cofres do Estado tinham US\$ 37 mil milhões em falta, e isto num país em que o salário médio mensal dos cidadãos ucranianos é de US\$ 500. Isto diz tudo – para além de termos também visto várias reportagens e imagens da propriedade palaciana de Yanukovych e termos descoberto que era parcialmente propriedade de uma empresa fantasma britânica. É realmente revelador do papel relevante das empresas-fantasma na facilitação da corrupção.

Para além disso, gostaria também de relembrar a dificuldade de recuperar fundos após estes terem sido desviados. Há estimativas de que Hosni Mubarak desviou milhares de milhões de dólares do Egipto. Infelizmente, algumas estimativas apontam para um valor tão alto como 70 mil milhões, embora apenas tenha sido rastreado e congelado um montante de um ou dois mil milhões, tendo o valor devolvido sido ainda inferior a este. Dito isto, acho que é o momento oportuno para passar o microfone a Jean Pesme. (Risos).

SR. HELLER: Obrigado. Jean Pesme, para quem não saiba, é o coordenador da Iniciativa para a Recuperação de Activos Roubados (SAR) do Banco Mundial, a qual é, de alguma forma, a cola global essencial que mantém a coesão de tudo isto, no sentido em que – para quem tem acompanhado a questão ao longo dos últimos 10 ou 15 anos – se pode dizer que o grande acordo feito entre o Norte e o Sul em relação às questões globais de corrupção é apoiada pela SAR e outras iniciativas semelhantes, dado que basicamente o Sul disse sim, procuraremos ter um melhor comportamento em questões de corrupção se nos ajudarem a recuperar o dinheiro. E é este o pelouro de Jean. (Risos).

SR. PESME: Obrigado por criar o pano de fundo. Bem, em primeiro lugar, muito obrigado pelo convite para participar. (Risos) Bom, o meu salário depende do quanto conseguimos recuperar, por isso – (risos) – estou a brincar. Primeiro, obrigado pelo convite. Penso que esta é uma grande oportunidade para discutir estas questões.

Permitam-me que insira neste contexto o Banco Mundial e o (inaudível). Ou seja, primeiro, existe um elo de ligação óbvio entre a própria corrupção e o desenvolvimento, ponto que foi por si sublinhado, e gostei da síntese apresentada. Penso que um óptimo exemplo que temos actualmente é a Tunísia. O Banco publicou recentemente um documento mostrando que havia provas de que a família de Ben Ali acabou por ficar com o controlo de 30 por cento da economia tunisina. É a isto que chamamos de captura do estado. Podemos discutir o dinheiro, a pequena corrupção. Penso que quando analisamos a corrupção de grande escala, o que está em causa é a capacidade das autoridades públicas de controlar essa parte de uma economia para benefício próprio e o que é possível fazer em relação a isso.

De acordo com as estimativas que temos – e claro que estas são discutíveis – entre 20 a 40 mil milhões de dólares por ano são desviados dos países em desenvolvimento. Estes são, portanto, recursos perdidos. Não é possível contabilizá-los em termos de imunizações ou o número de casas ligadas à rede de abastecimento de água por esse motivo. Mas penso que o que está por trás disso é o sentido de impunidade, o que nos remete ao que descreveu de um ponto de vista político, ou seja que, nestas situações, é claramente o contrato social que está em causa, e isso não é sustentável.

Então nós começamos por abordar um ângulo muito restrito desta questão, que é seguir o rasto do dinheiro como contributo para um esforço mais amplo de combate à corrupção. E penso que estamos todos de acordo que a melhor situação seria a ausência de corrupção, mas sejamos realistas, isso é (inaudível). Assim, a pergunta é o que fazer em relação a isso. E, só para ilustrar com um simples número o motivo pelo qual nos defrontamos com uma tão vasta agenda, refiro que as estimativas apontam para 20 a 40 mil milhões desviados por ano. Desde 2006 que a nossa estimativa é de que, na melhor das hipóteses, foram recuperados US\$ 500 milhões e congelados 2 mil milhões. Há uma enorme lacuna entre o que todos pensam estar a acontecer e a recuperação concreta de património que é congelado na esperança de posterior recuperação.

Portanto, todos nós precisamos de fazer mais, e penso que esse foi o ponto destacado por Tom antes de mim. Este esforço só poderá ter êxito se empreendido como acção global. Cabe pois ao governo, cabe aos centros financeiros –fazer mais. Têm de fazer mais para garantir que os seus respectivos sistemas financeiros não aceitem estes activos corruptos com tanta facilidade, como acontece actualmente. Também os países em desenvolvimento – alguns deles não são

suficientemente proactivos em termos de intentar acções contra as autoridades públicas. Sim, é muito difícil fazer com que as autoridades investiguem os seus próprios abusos. Quando estamos na presença de uma captura do estado total, há pouco que se possa fazer. Apesar disso, há sempre alguma maneira de agir fora deste círculo, e isto remete-me sempre ao potencial papel da sociedade civil. Pensamos então que se poderia fazer muito mais. E para voltar a um dos assuntos e em parte (inaudível) que actualmente discutimos nos centros financeiros, a transparência no sistema financeiro, a propriedade efectiva é absolutamente uma pedra angular nestes esforços em termos de prevenção e em termos da própria recuperação.

Em segundo lugar, o sector empresarial precisa de fazer mais. Penso que estamos a assistir a uma crescente mobilização, se esta expressão me é permitida, por parte das empresas, em particular o sector industrial, pois que a corrupção é um encargo de tal modo pesado para eles que precisam de fazer algo. O B20 tem estado a trabalhar neste sentido, o que é muito bom. Temos um interveniente nesta questão, que é o sector financeiro, do qual precisaríamos, gostaríamos de ouvir mais sobre o que têm a dizer sobre o seu papel a este respeito. Não se trata pois de apontar o dedo aos bancos, e penso que muitos deles estão a fazer bastante, estão realmente a empreender esforços neste sentido. Penso, contudo, que não existe ainda uma suficiente organização colectiva por parte do sector financeiro sobre o que mais poderiam fazer e como poderiam participar em termos da detecção do produto da corrupção.

E depois temos também o papel da sociedade civil. Aqui penso que nós, do ponto de vista da recuperação de bens, ou seja, em termos de advocacia, em termos anti-corrupção, vemos bastante mobilização por parte da sociedade civil. Penso que mais poderia ser feito na vertente de recuperação de património propriamente dita. Em primeiro lugar, advocacia para que quando acontece alguma coisa nos países seja exercida pressão no sentido de que sejam feitas mais investigações e que sejam abertos mais casos.

O segundo elemento diz respeito a detecção e exposição. E temos visto países – sendo a Ucrânia disto um bom exemplo – onde a sociedade civil tem desempenhado um papel muito importante. Mas o que estamos a ver surgir como tendência muito interessante é o envolvimento da sociedade civil em casos concretos. E isto tem sido verificado em diversos países, em especial em países (inaudível). E pensamos que esta é uma forma de forçar a acção, por meio de investigação e acção penal, que merece mais atenção. Obrigado.

SR. HELLER: Obrigado, Jean. Por último, mas não menos relevante, Heather Lowe, consultora jurídica e directora para questões governamentais da Global Financial Integrity, que não tem qualquer relação com o grupo Global Integrity embora recebamos telefonemas mútuos com uma assiduidade quase semanal.

SRA. LOWE: Ainda bem que somos amigos.

SR. HELLER: Pois. (Risos.) Além de ser também uma figura sólida na nossa comunidade para questões desta natureza. Heather, não hesite.

SRA. LOWE: Muito bem. Obrigada. É um grande prazer estar aqui e os meus cumprimentos a todos os que nos acompanham no ciberespaço. É muito estimulante ter esta oportunidade de falar

convosco hoje e, assim espero, ouvir algumas das vossas perguntas e encetar uma discussão sobre este tema.

Eu trabalho para uma organização chamada Global Financial Integrity, sediada aqui em D.C. A nossa reputação provém essencialmente dos nossos números relacionados com fluxos financeiros ilícitos. Nós estimamos que, anualmente, entre 850 mil milhões e um trilião de dólares são desviados de economias em desenvolvimento em fluxos financeiros ilícitos ou em dinheiro ilícito. Esta é uma quantia avultada de dinheiro. É uma quantidade de dinheiro devastadora. É dinheiro que poderia ser aplicado na economia de um país em desenvolvimento para gerar crescimento. É dinheiro que poderia ser tributado de diversas formas para gerar efectivamente uma receita pública. É também dinheiro que poder escapar ou ser desviado ou transferido de cofres do governo ou erários públicos. Trata-se, pois, de um problema de grandes dimensões que é, sem dúvida, um impulsor de pobreza em todo o mundo.

Os nossos números baseiam-se em dados do Banco Mundial e do FMI, que estão disponíveis ao público. Qualquer pessoa pode verificar o que fazemos, e como o fazemos, e como preparamos os nossos relatórios. Mas, na verdade, isto pode ser subdividido em duas secções. A partir dos nossos dados podemos dizer que cerca de 20 por cento desse valor é dinheiro que está simplesmente a desaparecer da economia global sem que possamos identificar exactamente como. Algumas das formas como isso ocorre são subornos que podem ser pagos num local mas sem que haja qualquer registo noutra local, ou dinheiro que está concretamente a ser retirado dos erários públicos. Outras formas são, por exemplo, as transferências electrónicas que são enviadas mas cujo rasto, misteriosamente, desaparece no sistema financeiro internacional. Este tipo de coisas acontece regularmente e representa aproximadamente 20 por cento do valor total.

Então a que se devem os outros 80 por cento? Os outros 80 por cento, segundo os conjuntos de dados que usamos, são algo a que chamamos de facturação comercial adulterada. Isto é, quando a factura relativa a uma transacção comercial internacional de mercadorias não é equivalente dos dois lados da transacção. Isto é realmente um conceito interessante. Estamos apenas a falar do comércio mundial e, claro, as pessoas, dizem “Ah, enfim, é comércio”. Bem, há apenas três motivos possíveis para justificar uma situação de facturação comercial adulterada.

O primeiro é a evasão fiscal, que pode ser evasão aduaneira ou evasão de impostos sobre o rendimento, evasão ao IVA ou evasão fiscal básica. O segundo é a tentativa de ocultar o movimento de dinheiro ilícito em circulação por todo o mundo, isto é, quando o comércio é usado efectivamente para encobrir as transacções. O produto de suborno, crimes de narcotráfico, etc., é combinado com o produto de comércio legítimo, de forma a aparentar que não houve movimento, certo? Terceiro, claro, é o erro humano. As pessoas cometem erros. Esses erros tornam-se patentes em facturas. No entanto, não aparecem em facturas de valores tão elevados como US\$ 800 mil milhões em circulação na economia global; por isso, acho que podemos seguramente descontar este último quase totalmente.

É isso que temos, portanto. Deparamo-nos como uma divisão de 80-20. E penso que a maior parte das pessoas nesta sala pensaria nesses 20%, no valor que compõe a maior parte desses 20%, o tipo de pagamentos de suborno que ocorrem, o capital que é desviado de erários públicos: esse é normalmente o nosso conceito de corrupção, certo? Isso é a corrupção. É o que consta na nossa definição. Mas então o que são os 80%, esses valores relacionados com o comércio? Isso

constituirá também corrupção? Isto faz parte de um debate actual muito activo e penso que muita gente fala sobre isso. Na verdade, o Secretário de Estado Adjunto fez referência a algumas interligações financeiras entre a corrupção, direitos humanos, e efectivamente o movimento de capital ou comércio em todo o mundo. Estamos, portanto, perante um debate muito activo.

E se retrocedermos um passo e pensarmos na definição de corrupção – não me refiro a uma definição jurídica porque, obviamente, isso seria muitíssimo restrito, mas à definição geralmente aceite de o que é a corrupção – encontramos coisas como ganhos corruptos ou desonestos, perversão da integridade, perversão moral; ser corrupto é ter incorrido em práticas desonestas, que carecem de integridade, fraudulentas. Não tenho qualquer dúvida de que a totalidade desses 80%, a parte que diz respeito à evasão fiscal ou ao encobrimento da circulação de capital ilícito, se insere claramente nesta definição de corrupção. Concordam?

Mas não é assim que pensamos na questão. E quando a abordamos a nível internacional, fazemo-lo tendo em conta o regime comercial global e com ajustes às práticas comerciais globais, certo? Faríamos o mesmo no caso de subornos? Acho que não. Faríamos o mesmo com património roubado de cofres públicos? Acho que não. Então por que o fazemos quando lidamos com este tipo de práticas comerciais? Por que não as catalogamos indubitavelmente como corrupção? Temos portanto algo a debater, algo que gostaria que fosse ponderado por todos.

Para voltar aos direitos humanos, e para dar um exemplo, o BNP Paribas é um caso que acaba de ser divulgado de um grande banco francês a que os EUA acabam de impor uma multa de US\$ 8,9 mil milhões por evasão de sanções dos EUA – incluídas nessa evasão de sanções estavam as sanções que havíamos aplicado ao Sudão. A aplicação dessas sanções em relação ao Sudão deveu-se ao facto de o governo desse país estar envolvido em actos de genocídio, e o parecer dos EUA foi de que não deveríamos ter dólares americanos a apoiar esse tipo de actividade. Aplicámos por isso as sanções. Foi uma tentativa da nossa parte de tentar impedir o financiamento do governo perpetrador de genocídio, uma questão de muito peso, uma questão de grande relevância em matéria de direitos humanos, certo?

Portanto, o que isto significava para qualquer banco em todo o mundo era que não poderia efectuar transacções em dólares dos Estados Unidos com ninguém no Sudão, incluindo o governo. Poderiam efectuar transacções em Euro (€), em Libra Esterlina (£), em Iene (¥), se quisessem, mas não em dólares dos EUA (US\$). Mas uma secção do Banco BNP Paribas decidiu que não era do seu interesse observar essas regras, uma vez que isso resultaria em custos comerciais demasiado elevados. A secção do banco que decidiu congeminar uma forma muito intricada e impressionante de evadir as sanções dos EUA neste caso foi efectivamente o grupo de financiamento comercial. O grupo de financiamento comercial foi o grupo que não pôde tolerar não efectuar transacções em US\$ com o governo sudanês, e essas transacções foram efectuadas com o governo sudanês, entre outros.

Isto é revelador do quão importante é a interligação entre comércio, financiamento comercial, direitos humanos, corrupção, e sanções, certo? Tal era a importância para esse banco. Isto é apenas para vos dar o contexto.

Concluo a minha participação hoje dizendo que a GFI (Global Financial Integrity) está realmente a empreender sérios esforços no sentido de definir uma nova meta para os objectivos de

desenvolvimento sustentável pós-2015, nomeadamente reduzir os fluxos financeiros ilícitos relacionados com o comércio em 50% até 2030. Esperamos que as pessoas em todo o mundo se juntem a nós na tentativa de alcançar essa meta, pois esta é uma questão de tal importância para o desenvolvimento, os direitos humanos e a corrupção que esperamos poder contar com o forte apoio de todos. É tudo o que queria dizer. Muito obrigada.

SR. HELLER: Obrigado a todos pelos comentários iniciais. O que farei agora é tirar proveito da minha posição de presidente do painel por um instante e pedir uma rodada rápida de primeiras perguntas. Depois passaremos aos adeptos do Twitter e do Facebook para nos enviarem outras tantas perguntas de todo o mundo. Tentarei manter as minhas perguntas sucintas. O que pensei fazer foi colocar três perguntas realmente difíceis. Cada um pode escolher uma a que queira responder. Até agora temos visto muito entusiasmo na participação – a corrupção é má, prejudica o crescimento, etc., etc. Tanto o público aqui presente como eu próprio pensamos que o público que nos ouve em todo o mundo também concorda com isto. Por isso, gostaria agora de dificultar um pouco mais as intervenções e apontar para o --

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Não todos.

SR. HELLER: É verdade. A maioria, penso que inquirimos a maioria. Vou então tentar dificultar um pouco a questão e aprofundar e separar alguns aspectos. Portanto, em primeiro lugar, as opções são, uma delas é o mito do crescimento. Há alguns – há dados e determinados estudos e investigação que indicam que a corrupção pode ser um obstáculo ao crescimento e, sim, temos uma grande dificuldade em explicar casos que constituem excepções como a China, a Indonésia sob o governo de Suharto, grande parte do Sudeste da Ásia nas décadas de 1960, 1970 e 1980, e o Ruanda e Singapura actualmente. Como podemos então fazer a quadratura deste círculo? Que resposta temos para isto? Serão apenas excepções e a comunidade internacional deve apenas aceitá-las como tal, ou não? Essa é uma das questões que poderão escolher.

A segunda opção: O Secretário Adjunto falou sobre o efeito de galvanização que a corrupção pode ter em momentos políticos críticos na trajectória de um país. Mas, e o que acontece depois? E o que está a suceder com o Egipto e a Ucrânia, em que tudo parece estar a ruir? Essa cola parece ter perdido o efeito e evaporado com alguma rapidez em alguns países, embora não todos. Até que ponto poderemos considerar a corrupção como um elemento promotor da mobilização das massas para a mudança política, e serão as nossas expectativas exageradas? Será que nos estamos a colocar numa posição que resultará em frustração e fracasso posterior, em que reataremos os velhos modelos conflituosos? Esta é a segunda opção.

A terceira opção seria – seria curioso que alguém aprofundasse o fenómeno da dissidência na própria política externa dos EUA em diversos países. Ou seja, casos vívidos disto mesmo são o Afeganistão e o Iraque, embora o mesmo se passe em muitos outros países em que despendemos avultados montantes de dinheiro, muito tempo e um grande capital político a nível diplomático para promover questões de anticorrupção e transparência, e, não obstante, a prática de suborno é o elemento e ferramenta essencial na caixa de ferramentas das agências de inteligência em todo o mundo, incluindo o nosso, e de que forma poderemos, ou não, fazer a quadratura deste círculo? Por exemplo, quando ministramos um workshop sobre anticorrupção e, 10 minutos depois, aparece um chefe da CIA com uma mala cheia de dinheiro e afirma que é assim mesmo que as coisas funcionam. E não estou a exagerar, é assim mesmo que funciona em vários lugares.

Como vêem, nenhuma destas questões é fácil. Escolham, por isso, peço-lhes que escolham a que for menos má e a aprofundem. A Heather foi a última, por isso dar-lhe-ei agora a palavra em último lugar. Assim, Sr. Secretário Adjunto, se quiser ser o primeiro a alvitar sobre qualquer um destes temas, fique à vontade. (Risos.)

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Vou começar por me atirar de cabeça à questão relacionada com a CIA.

SR. HELLER: Ótimo. (Risos.)

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Bom, deixe-me responder a alguns dos pontos. Ou seja, em primeiro lugar, as frustrações que enfrentamos em países onde se verificou este tipo de movimentos, nem sempre coroados de êxito – sim, nem sempre são bem-sucedidos. Isso tem sido sempre verdade, e será sempre verdade. É verdade em todas as questões de política externa com que lidamos. Gosto de referir um dito que a minha gente está provavelmente cansada de ouvir, segundo o qual a diplomacia de direitos humanos e, na verdade, toda a política externa é semelhante a um jogo de beisebol, e um rebatedor que alcançar uma média de elevada de rebates entra directamente no “Hall of Fame”.

E, portanto, sim, teremos sempre os “Egiptos”, onde tudo parece estar – parecem ter entrado numa revolução no sentido literal do termo e depois voltam ao início do círculo. Mas depois temos outras histórias de sucesso, ou de potencial sucesso, como a Tunísia, ou potencialmente Burma, assim esperamos, em que os movimentos galvanizados em parte devido à repulsa popular em relação à corrupção política e económica resultam concretamente em governos algo melhores e mais limpos, tendo em conta que os governos são dirigidos por seres humanos e, como somos imperfeitos, nenhum problema é alguma vez resolvido de forma final. E eu prefiro as histórias de sucesso.

Em termos de contradições na política externa dos EUA, aqui também os governos são dirigidos por seres humanos e nós estamos repletos de contradições. Mas penso que uma possível forma de resolver parte disto é reconhecendo honestamente que, por vezes, há momentos em que temos de recorrer à negociação – tal como o Presidente tem reconhecido e outros membros do governo também reconheceram – temos de negociar e fazer compromissos com governos que não correspondem às nossas expectativas e aos nossos ideais em muitas e diversas áreas. Mas também podemos, simultaneamente, usar ferramentas que se destinam a executar as nossas leis e os nossos valores, cabendo depois aos diplomatas lidar com as contradições que possam surgir.

No tocante à questão do combate à corrupção, muitos dos instrumentos e mecanismos que temos são neutros e de natureza policial e estão sob a alçada do nosso Departamento de Justiça, do nosso Departamento do Tesouro, em partes do governo dos EUA que são apolíticas, e que se receberem instruções para levar a cabo o seu trabalho de forma apolítica levarão a cabo o seu trabalho de forma apolítica, mesmo se isto, por vezes, dificultar a vida dos diplomatas e de outros responsáveis por outros aspectos da nossa política externa. E isso é bom; essas contradições são saudáveis. E eu prefiro isso a políticas que, sistematicamente, fazem de conta que não vêem estes problemas.

SR. HELLER: Obrigado. Shruti, que assuntos escolhe?

SRA. SHAH: Vou escolher a questão que colocou sobre o Egipto e determinados países como a China, etc., mas particularmente mais sobre o Egipto, em relação ao qual mencionou que algo que surgiu como um movimento anticorrupção se dissipou. Mas certamente os países que referiu, como a China, o Egipto e alguns outros, todos eles têm uma coisa em comum. Trata-se da repressão da sociedade civil. E, para que um movimento anticorrupção seja sustentável é necessário algo mais do que apenas a explosão inicial da revolução. É necessário um ambiente propício – protecção aos denunciantes, um respeito real pelos direitos da sociedade civil, e capacitação da sociedade civil. Penso que isso distingue alguns outros países que têm tido mais sucesso.

Mas gostaria também de acrescentar que quando é feita a ligação entre a corrupção e o crescimento, eu cresci na Índia, e certamente não sou adepta do ponto de vista de que a corrupção tem contribuído para o crescimento em certas economias. Penso que a anti-corrupção até reforça a dinâmica para o crescimento. Quando analisamos apenas certos países que não têm uma democracia activa, como a China e outros países, isso constitui uma visão muito distorcida. Até mesmo nos últimos quatro ou cinco meses, nos quais a Índia elegeu um novo Primeiro-Ministro e um novo partido que assumiu o poder concretamente na base da sua mensagem de anticorrupção, já assistimos à subida da taxa de crescimento da Índia para valores superiores aos dos últimos dois anos. E com isto concluo.

SR. HELLER: Jean?

SR. PESME: Bom, eu sou um burocrata internacional e, como tal, vou pegar na questão burocrata. Será mais fácil. No tocante à corrupção e ao crescimento, apenas uns comentários. Penso que isso é algo que tem de ser analisado e penso que um dos elementos é que todos partimos do princípio que, sim, existe um impacto negativo e existem os que se colocam de fora. Também não estou certo de que tenhamos entendido completamente ou prestado suficiente atenção, de um ponto de vista económico, a quais são os elementos impulsionadores, quais são os canais. Penso que há mais trabalho a ser feito a esse respeito.

É digno de nota que, no contexto do G20, o grupo de trabalho de combate à corrupção, relativamente a estas questões, no ano passado divulgou um relatório. Estamos actualmente a trabalhar com a OCDE em mais análises transversais relativas a sectores chave, algumas delas absolutamente críticas em países em desenvolvimento, tais como as indústrias extractivas. Penso que há mais a fazer. E isso pode levar a alguns resultados inesperados em alguns casos, mas penso que é melhor discutirmos esta questão do que varrê-la para debaixo do tapete.

Penso que outro elemento a considerar é a definição de um calendário e quais os elementos em termos de redistribuição de crescimento, quando por vezes – e por isso é que fiz referência ao exemplo da Tunísia – havia um contrato social, na Tunísia, possivelmente com um crescimento inferior mas com maior dispersão e, subitamente, quando a captura do Estado aumentou e o contrato social foi reduzido, o resultado foi uma explosão política. Este é também o tipo de coisas que devemos tomar em consideração.

Agora, sem entrar nos aspectos políticos de algumas das suas outras perguntas, penso que há um elemento com o qual somos todos confrontados, que é a gestão de expectativas. E o que eu vejo, sempre que há uma mudança de regime e esse tipo de coisas – quer dizer, já assistimos a isto na vertente de recuperação de activos – há a expectativa de que vai entrar tudo na linha de um dia para o outro. E essa não é a realidade. E penso que é muito importante ter esse tipo de aspiração e aproveitar esse ímpeto. Por outro lado, a desvantagem é que, se as coisas não entram realmente na linha imediatamente, todos dizem logo que o melhor é desistir, que não vale a pena. Penso que é muito importante que empreendamos os maiores esforços possíveis num horizonte de tempo calculado, e que sejamos perseverantes, insistindo e conseguindo reforçar, como disse o Tom, as histórias de sucesso, embora também seja muito importante reconhecer o que não está a funcionar e entender por que não funciona. Mas realmente esse aspecto de ser uma questão de longo prazo, uma agenda de longa duração, é muito importante.

SR. HELLER: Heather?

SRA. LOWE: Sim, concordo com muito do que já foi aqui dito. Nem sequer vou tentar abordar a questão da CIA. (Risos.) Tenho alguma curiosidade em saber o que constará na minha ficha na CIA, com toda a franqueza. Mas diria, no tocante ao crescimento, que a perspectiva de longa duração é a questão importante, certo? Os ganhos de curto prazo acumulados durante algum tempo são, ou podem ser, explicados por diversos factores económicos. A economia não se resume à existência ou inexistência de corrupção, correcto? Há muitos elementos integrantes, e relativamente ao desenvolvimento de mercados.

Direi, contudo, o que é claro, penso eu que para todos, ou seja, que a corrupção é desestabilizadora. É certamente desestabilizadora com o decorrer do tempo, e quanto mais corrupção existe mais esta se infiltra na economia e na sociedade, tornando-se ainda mais desestabilizadora. E isso tem um efeito concreto no IDE (Investimento Directo Estrangeiro), etc., também ao longo do tempo. Por isso não falaria em termos de casos discrepantes. Diria que, em certa medida, devemos esperar e ver o que acontece.

Acrescentaria, no que diz respeito a se as sublevações políticas e as grandes insurreições anticorrupção resultam em melhores situações, que isso deve ser visto como uma questão individual de cada país. O que temos é uma situação em que as insurreições políticas, as pessoas que se levantam e dizem não, basta desta [corrupção] – são um movimento para a promoção de mudança, certo? Mas a questão que se põe então é: o que acontece em seguida e que vácuo político é criado como resultado disto?

E se houver pessoas de qualidade, positivas e fortes, capazes de liderar positivamente durante esse vácuo de poder, então acabaremos por ter um resultado mais positivo. Caso contrário, vamos acabar por ficar com um resultado mais negativo. Por mim, estou ainda muito a favor de que as pessoas se levantem e digam: “A corrupção tem de acabar; a minha sociedade tem de se ver livre disto”. Isto define marcadores, determina o tom e estabelece, penso eu, uma linha de base para a participação das pessoas no seu governo e no que lhes acontece no dia-a-dia.

SR. HELLER: Vamos agora voltar-nos para as perguntas que nos estão a chegar via Twitter e Facebook. Relembro que o *hashtag* para quem está no Twitter é *#StateofRights*. Não hesitem em continuar a fazer chegar essas perguntas até nós. Vou tentar acompanhá-las em tempo real.

Como é óbvio, as perguntas são demasiadas para que seja possível responder a todas, por isso abusarei dos meus privilégios e escolherei as que achar mais interessantes.

Por que não começamos por abordar algo – esta é uma pergunta de Ali, no Bahrein -- que Shruti mencionou: o ambiente propício. Ali pergunta o seguinte: se o próprio juiz se tornou corrupto e é manipulado pelos poderosos e pelos ricos, como se pode combater a corrupção? E isso é aplicável aos diversos aspectos de um ambiente propício. Gostaria de saber se alguém tem algo a contribuir ou qualquer reacção. Suspeito que muitos devem ter trabalhado no combate a esta realidade em diversos países, mas quando o sistema está manipulado ou montado de forma a não ser um serviço civil imparcial, como o Tom estava a dizer, o que podemos fazer?

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Bom, isso é o que acontece quase sempre, já que a corrupção é um sistema que está viciado contra as pessoas que observam as regras. Portanto, quase que por definição, sempre que combatemos corrupção profundamente enraizada num país enfrentamos exactamente esse problema. Então qual é o recurso disponível? As pessoas devem – se possível – actuar por meio de organizações da sociedade civil, organizando a sua comunidade para expor a corrupção nas redes sociais, nos meios de comunicação social. Organizam campanhas. Forjam alianças com outros nessa sociedade que, embora não concordem conosco em tudo, estão de acordo em que a corrupção tem de ser eliminada.

E, claro, todos reconhecemos que é fácil para nós dizer essas coisas e, em muitas sociedades, quem tenta pôr em prática alguma das coisas que referi pode ser severamente perseguido. É aqui que a comunidade internacional tem um papel a desempenhar, no mínimo, para garantir que não nos mantemos cúmplices da corrupção em países como os que descrevi, garantindo que as pessoas, nesses países, que roubam avultadas somas de dinheiro não conseguirão escondê-lo em bancos e propriedades e património nas nossas sociedades sem que as instituições de aplicação da lei que, na melhor das hipóteses, são isentas de corrupção, façam alguma coisa. Isso é o mínimo que podemos fazer pelas pessoas que se encontram nessas situações.

SRA. LOWE: Gostaria também de acrescentar que a sociedade civil internacional é algo a que devemos realmente recorrer. Enquanto sociedade civil pode ser difícil fazer alguma coisa nos vossos próprios países, mas se tiverem provas concretas de que X, Y ou Z está a ocorrer, certo, organizações como a Global Witness poderão conseguir investigar, por exemplo; a Transparency International em diversos países poderá também fazê-lo; a Human Rights Watch. Existe efectivamente uma comunidade internacional quando lidamos com este tipo de questões e, quando existe algum tipo de provas ou algum tipo de caso, estas organizações podem ser abordadas. Acrescentaria também que conheço bem o Departamento de Justiça aqui nos Estados Unidos – temos uma unidade de cleptocracia que tem a seu cargo especificamente a investigação de activos roubados. Por isso, em circunstâncias em que existam provas concretas, isso seria algo de que o Departamento de Justiça gostaria, na verdade, de ter conhecimento, caso esses activos se encontrem nos EUA. Assim, encorajo as pessoas em todo o mundo a seguir essa via quando existam boas provas de que há activos que se encontram nos EUA.

SRA. SHAH: Devo dizer que concordo com todos os comentários que a Heather e o Secretário Adjunto Malinowski fizeram. Mas a questão de imunidade em relação à instauração de processo judicial é, de facto, muito importante. E a este respeito, a TI (Transparency International), o movimento internacional da TI, lançou na segunda-feira uma nova campanha para acabar

efectivamente com a imunidade em todo o mundo para estes líderes corruptos. Esta campanha tem o nome de “Desmascarar os Corruptos”. Essencialmente, engloba tudo o que o Secretário Adjunto disse quanto a pôr fim às empresas-fantasma e aumentar concretamente a transparência em matéria de propriedade efectiva, negar vistos de entrada no nosso país a pessoas corruptas e, essencialmente, pedir aos vendedores de bens de luxo em todo o mundo que verifiquem cuidadosamente a quem os estão a vender. Para ficarmos com a certeza de que os carros caros e os Lamborghinis não são vendidos a pessoas que roubaram dinheiro dos seus próprios países. Por isso --

SR. PESME: Concordo plenamente com isso. Apenas uma palavra a esse respeito. Na semana que vem divulgaremos um relatório sobre as tendências globais em termos de recuperação de activos. Há apenas cinco ou seis países no mundo que têm uma abordagem sistemática à perseguição de activos corruptos. Precisamos de algo que seja mais abrangente, bem como da mobilização da comunidade global. Portanto, sim, temos uma unidade de cleptocracia nos EUA, temos algo equivalente no Reino Unido, e a Suíça está a tomar algumas medidas. Nada disto é perfeito, mas são quatro, cinco países. E isto é uma forma de propagar a mensagem e fazer com que todos os centros financeiros persigam mais pro-activamente os activos corruptos, quando tudo começa e não apenas após o facto consumado.

SR. HELLER: Passando a outra pergunta, antiga mas boa – passo a transliterar um pouco. Isto veio dos Países Baixos, publicado na página do Facebook do Departamento de Estado. A pergunta é: o carácter de um indivíduo, a posição política ou a família têm qualquer interligação com a corrupção? O que é uma forma de fazer a clássica pergunta: isto é apenas um problema cultural, certo? Que estas pessoas são corruptas e assim vêm sendo há gerações e é assim que funcionam as coisas. Estou a interpretar isto um pouco segundo o meu ponto de vista, mas estou curioso em ouvir reflexões. E todos vocês trabalham de formas diferentes sobre a mesma questão. Será que isto é endémico em países como o Afeganistão, ou não? Quero dizer, o que pensam sobre isto?

SRA. SHAH: Gostaria de responder a esta pergunta em particular por que cresci noutra país, embora seja agora cidadã dos EUA. Eu cresci na Índia e a cultura, na Índia, tem sido usada para justificar todo o tipo de coisas, desde os pequenos delitos, à corrupção, a crimes contra as mulheres, até às questões relacionadas com a desigualdade de género. E quanto a isto eu digo que esta é uma interpretação de cultura a favor das pessoas que têm realmente algo a ganhar com ela. E a cultura pode ser mudada. Até mesmo nos países em que a corrupção está enraizada, com o tempo é possível mudar a cultura. Temos visto isso em países em que outras questões, não necessariamente relacionadas com corrupção, como a desigualdade de género, têm sido um problema – como a educação, como a execução adequada, como os sistemas certos, isso tem vindo a mudar. Tal como se passa com a corrupção e questões com esta relacionadas, a cultura pode ser mudada. Leva tempo, mas pode certamente acontecer. Não posso aceitar essa afirmação de que tudo se prende à questão cultural.

SR. HELLER: (Sem microfone)

SRA. LOWE: Se quiser. Como sabe, concordaria absolutamente com isso. Eu diria até -- faça a pergunta: Isso está realmente a produzir resultados para si? Penso que a resposta é provavelmente que não. Provavelmente, não está a funcionar para a maior parte das pessoas no

seu país. Por isso, embora possa ser cultural, pode não ser uma questão cultural que queira que continue, certo? Faça, portanto, essa pergunta: está de facto a funcionar para si?

SR. HELLER: Permita-me que combine algumas perguntas que apontam todas para o que o governo dos EUA, em particular, poderia fazer. Uma dirigia-se especificamente ao Secretário Adjunto, sobre o que o seu Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho pode fazer para ajudar a sociedade civil na luta contra a corrupção em diversos países. Outra tem a ver com qual a situação actual em matéria de propriedade efectiva. Por sinal, essa frase foi repetida várias vezes aqui hoje. Para os que não são peritos nestes assuntos, nada mais é do que uma forma rebuscada de tentar entender quem está por trás das empresas-fantasma, quem são os verdadeiros proprietários. É a expressão preferida na comunidade política, mas é realmente a tentativa de tentar desmascarar a propriedade efectiva de firmas e empresas. É um grande esforço que alguns destes grupos estão a fazer a nível global há alguns anos.

São, por isso, perguntas combinadas – mais uma vez, fazendo uso dos meus privilégios aqui: o que está o DRL (Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho) a fazer em relação a estas questões? Parto do princípio que isto se dirige a si, Tom. E, de forma mais genérica, aos quatro: quais são as perspectivas, seja em capitais europeias ou em Washington, para conseguir algum progresso adicional em torno de questões muitíssimo melindrosas, como, por exemplo, a propriedade efectiva e as empresas-fantasma? E, se me permitem acrescentar ainda outro aspecto, falamos da pequena corrupção administrativa noutros países. Mas, o que acontece quando eventualmente deparamos com captura política aqui, num país como os EUA, em que há dinheiro envolvido na cena política e milhares de milhões de dólares que tornam muito difícil, a nível legislativo, resolver estes problemas?

Mais uma vez, as minhas perguntas não são fáceis, mas não hesitem em avançar.

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Bom, no meu pequeno sector do governo dos EUA, a nossa tarefa primordial é documentar, expor, denunciar, explicar o problema, explicar as conexões entre este problema e todos os outros problemas que enfrentamos na nossa política externa – o que não é difícil fazer – e ajudar a guiar uma discussão de políticas sobre o que deveríamos fazer a esse respeito. No nosso gabinete também financiamos organizações da sociedade civil em todo o mundo, incluindo pessoas que fazem da corrupção – do combate à corrupção – a sua missão, e capacitamos as comunidades locais a expor e ajudamos as pessoas a empreender acções a nível local. Mas a maior parte das respostas que, de facto, são relevantes e fazem diferença para o governo dos EUA inserem-se no cliché de “abordagem pan-governamental” porque precisamos realmente do Tesouro, do Estado, da Justiça, da Casa Branca, de todos a trabalhar em concertação com uma gama ampla de instrumentos de execução de que já dispomos.

Depois, em termos de legislação, dissemos – dissemos ao Congresso que apoiamos fortemente legislação que dificulte, em grande medida, às empresas-fantasmas estabelecerem-se em jurisdições dos EUA. Há diversas propostas já feitas. Queremos ser muito pragmáticos a este respeito e apoiar algo que tenha a maior probabilidade de suscitar um apoio bipartidário no Congresso. E tenho dito a amigos no Capitólio que, de momento, esta é a legislação mais importante em matéria de direitos humanos em que podem votar.

SRA. SHAH: Há alguma dinâmica no que diz respeito às questões de propriedade efectiva, transparência. Anteriormente, penso que em Junho, o Conselho Europeu apoiou concretamente emendas aos regulamentos de combate ao branqueamento de capitais que obrigariam todos os países europeus a recolher informações sobre a propriedade efectiva e, essencialmente, comunicá-las a uma autoridade central. Claro está que terão de ser apresentadas ao parlamento e terá de haver debate, mas alguns países europeus têm vindo a tomar medidas ao longo do processo. O Reino Unido anunciou que terá um registo público de propriedade efectiva.

Penso, pois, que chegou a altura de os EUA reassumirem a sua posição de liderança. Há legislação pendente no Capitólio, tanto na Câmara de Representantes como no Senado. Esta é uma questão de grande importância, não apenas para o mundo mas também para muitas secções da TI que trabalham em países muito difíceis, para garantir que os seus líderes corruptos não consigam, com a maior facilidade, ocultar o seu dinheiro por meio de empresas-fantasmas nos EUA e desfrutar da sua riqueza.

SR. PESME: No que diz respeito à propriedade efectiva, quero dizer que tenho vindo a trabalhar nesta questão há 15 anos. Só nos últimos três anos é que assisti a este nível de dinâmica política. E, como disse o Tom, trata-se de uma questão complicada que deve ser abordada a esse nível. Penso que isto é um bom sinal. O facto de o G20 estar também a considerar este problema é um bom sinal porque demonstra que isto não diz respeito apenas aos países desenvolvidos, mas requer uma mobilização mais ampla. Penso também que o facto de não continuarmos a afirmar que se trata de centros offshore, e a não reconhecer os desafios dos centros “on-shore”, como o Reino Unido, os EUA e a Europa continental -- significa que estamos na direcção certa.

Penso que defrontaremos ainda alguns assuntos muito importantes no futuro. Um é a tentação de pensarmos que há apenas uma única solução. Precisamos de enfrentar a questão. Penso que há diferentes soluções e penso que precisamos de insistir que todos os países se centrem em como vão actuar e qual vai ser o resultado, ao contrário de pensar numa solução igual para todos. E há ainda muito a fazer. Estamos ainda ao nível mundial; por isso, precisamos de ver acção e penso que o que aconteceu na Cimeira G8 há dois anos deve ter seguimento – o que está a acontecer no terreno, mostrem-nos resultados, etc., e, portanto, é preciso garantir que não estamos a perder o ímpeto sem, ao mesmo tempo, alvejarmos a estratosfera. Vamos aprofundar até aos detalhes e ver como as coisas funcionam na prática e dar seguimento, dar seguimento, dar seguimento.

Portanto, sim, é um bom sinal. Há muito optimismo mas precisamos de nos manter focados e garantir que há mudanças no terreno em toda a parte. Apenas poderá funcionar se todos – se houver suficiente ímpeto. Caso contrário, estamos apenas a criar novos buracos no sistema.

SR. HELLER: Heather, sei que trabalha muito nesta área.

SRA. LOWE: Sim, é um facto. Dedico muito do meu trabalho a esta área, tanto nos EUA como no resto do mundo. Penso que é importante entender ou pensar sobre esta questão sabendo com quem estamos a negociar, podendo identificar com quem estamos a negociar. E isso é importante do ponto de vista do banco se este está a aceitar fundos corruptos, certo? É importante do ponto de vista dos processos de aquisição entender quem é que o governo está efectivamente a contratar, talvez verificar se não se trata de indivíduos interditos, etc., garantir que não se está a negociar com uma autoridade política que está a ocultar o seu dinheiro por meio de uma

empresa-fantasma e, se for esse o caso, tomar as medidas apropriadas. Esses negócios podem não ser necessariamente ilícitos; é a forma como se fazem os negócios que é importante.

E assim – e, com toda a franqueza, qualquer empresário ou empresária que vise entrar em negócios deve verificar quem são os potenciais fornecedores, sim, estas são questões importantes. Quem está concretamente por trás dessa empresa? Com quem está de facto a negociar? Esse é realmente o cerne da questão. É por isso que a maior parte das organizações da sociedade civil que trabalham nestas questões estão a insistir na criação de registos públicos de informações pertinentes à propriedade efectiva. Por que não se trata apenas dos governos terem conhecimento das informações; trata-se de todos poderem identificar com quem estão a negociar a diversos níveis, e a nível mundial, correcto? Porque, claro, como as empresas operam a nível mundial, é fundamental poderem cruzar informação e haver um governo ou um indivíduo num país que identifique quem está por trás de uma empresa sediada noutro país com a qual empreende actividades comerciais.

No que diz respeito a acções legislativas, estas encontram-se em diferentes estadios em todo o mundo. Sem dúvida que a Europa está realmente avançada. O Parlamento Europeu aprovou mesmo uma emenda estipulando que os registos de propriedade efectiva, tanto de fideicomissos como de empresas, são essenciais. O Conselho de Ministros da União Europeia indicou que seriam mais favoráveis à criação de registos privados detidos pelo governo e para exclusiva utilização do mesmo. Isso terá de ser resolvido num processo a que chamam de triálogo. É portanto algo que está em curso.

Nos EUA temos legislação pendente há vários anos, penso que há sete, tanto na Câmara de Representantes como no Senado, e não conseguimos fazê-la avançar. E um dos motivos pelo qual nada conseguimos é que os Secretários de Estado nos Estados Unidos se opõem contra esta legislação há anos. Muito francamente, é um projecto de lei de compromisso. A sociedade civil gostaria que fosse mais forte. Tenho de mencionar este facto. Temos alguns problemas com o que estamos a ver se será a eventual proposta que iremos receber do governo dos EUA. Estamos preocupados que a proposta não vá abordar concretamente as informações de propriedade efectiva e que vamos apenas falar de uma pessoa, que seria a pessoa de contacto, e não dos verdadeiros proprietários efectivos. E esse é realmente um sério problema no que respeita à proposta que estamos a ver na mesa que é agora comunicada pelo governo.

Há outras preocupações. Por exemplo, essas informações seriam guardadas pelo Tesouro – desculpem, não pelo Tesouro, especificamente pelo IRS. Eles estão, portanto, a encarar isto como uma questão fiscal e não como uma questão geral de relevância para todos, que é entender quem detém e controla as empresas. É, por isso, uma questão de mentalidade que eu gostaria muito que o governo dos EUA entendesse, apoiasse e entendesse a diversidade de implicações com que nos deparamos nesta matéria. Obrigado.

SR. HELLER: Sim, rapidamente – Shruti.

SRA. SHAH: Para acrescentar um comentário rápido ao que disse a Heather, eu diria que a propriedade efectiva não se resume em saber quem detém legalmente a empresa. Implica descobrir quem controla a empresa, quem beneficia do – de um país. E isso pode não ser a verdadeira propriedade legal, e já assistimos a isto em diversas partes do mundo. É por isso

crucial sublinhá-lo. E também concordo com o Jean – com o que Jean Pesme disse. A sociedade civil não está apenas a insistir em registos públicos de propriedade efectiva. Estamos a insistir em diversas coisas, uma série de coisas que seriam úteis e que incluem a execução efectiva das leis de anti-branqueamento de capitais, o que englobaria o aumento das diligências apropriadas por parte das instituições financeiras para identificar quem são realmente os seus clientes e verificar essas informações para saber de facto, como disse Heather, com quem estamos a negociar.

SR. HELLER: Excelente. Tenho de mudar – passar para uma região diferente do mundo. Sav (fonético), na Nigéria, faz uma pergunta que acho interessante, uma vez que em Agosto tivemos a Cimeira EUA-África em DC, na qual ocorreram vários debates interessantes e críticas sobre quem se encontrava lá e sobre se os direitos e a corrupção ocuparam uma posição de suficiente relevo na cimeira. Então a pergunta é: a maior parte dos dirigentes africanos carece da coragem e determinação para combater a corrupção, mas, contudo, não abre o caminho para os que o podem e querem fazer. Como poderemos apoiar os que querem iniciar a mudança? E talvez, se puder parafrasear, será que podemos seleccionar vencedores? Até que ponto podemos ser políticos enquanto actores externos?

SRA. LOWE: Os EUA nunca fazem isso. Nunca fazemos isso.

SR. HELLER: Mais uma pergunta fácil sobre a qual todos, ou alguns de vós, se podem debruçar. Como poderemos apoiar os indivíduos que pensamos estar disponíveis para promover estas agendas tão complexas? (Risos.)

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Bem, penso que é sempre um erro tentar escolher vencedores políticos, seja qual for o assunto que nos preocupa. Devemos defender princípios, não personalidades. Penso que esse é um bom princípio operacional para a política externa dos EUA. Temos estado a discutir os princípios que deveríamos defender mas, no que respeita a defender pessoas, deve ser a sociedade civil a fazê-lo, e uma imprensa livre e as instituições que estão no âmago desta luta.

Mas há casos específicos. Este é uma pergunta que vem da Nigéria. Quando um governo tem um forte sistema de vigilância anticorrupção e esse sistema é afastado ou demitido ou perseguido pelo que faz, nesse caso penso que tanto o governo dos EUA como outros deveriam apoiar essa pessoa devido à instituição que representa e da tarefa que leva a cabo. Mas não nos cabe a nós, penso eu, emitir opiniões sobre quem deve ser o partido ou o candidato para um cargo público que pensamos ser melhor para o cargo porque, antes de mais nada, isso poderia denegrir essa pessoa. Este movimento devem ser indígenas. Têm de partir da própria sociedade e ser apoiados do exterior por campanhas apolíticas objectivas que fazem o seu melhor para tratar todos equitativamente.

SR. HELLER: Alguém se quer debruçar sobre este assunto, ou não?

SRA. LOWE: Só para dizer que penso que a sociedade civil tenta geralmente dar às pessoas uma plataforma para serem ouvidas, na medida do possível. E tentamos regra geral dar uma plataforma às pessoas que pensamos que estão alinhadas com os valores e convicções que tentamos fomentar.

SR. HELLER: Temos mais alguns minutos para perguntas. Mais uma vez, só para lembrar, a hashtag é #StateofRights. Se alguém do universo cibernético do Twitter quiser enviar mais umas perguntas antes de concluirmos, façam-no usando #StateofRights. Esta vem de Farah (fonético) no Twitter – não temos o país, só temos o nome: Dada a natureza da corrupção, que métodos existem para medi-la com precisão? Esta é uma forma interessante de fazer a transição para o ditado da gestão, ou seja, se não é possível medir, também não é possível gerir.

SRA. LOWE: Certo.

SR. HELLER: Isto também poderia abranger os direitos humanos. Estes são os debates de longo prazo sobre como medir os direitos humanos, como medir a corrupção ou a transparência. Tenho interesse em conhecer a perspectiva dos membros do painel sobre isto. Quais são as melhores e piores formas de o fazer?

SRA. LOWE: Ofereço-me para responder porque fazemos muita medição. Os meus economistas matar-me-iam se me ouvissem dizer isto mas, com toda a franqueza, não precisamos de medir para saber que o problema existe, certo? Basta viver com esse problema. E, como sabem, é óbvio quando há uma redução da corrupção, correcto? É palpável. Vivemos com essa realidade. Portanto, penso que actualmente estamos a centrar-nos bastante em todas as áreas políticas, sejam internacionais ou nacionais, em dados. E digo-vos, enquanto licenciado pela Universidade de Chicago, uma das universidades com maior enfoque na economia –

SRA. SHAH: Sim.

SRA. LOWE: – do mundo, no primeiro dia de aulas da cadeira de economia, a minha primeira cadeira de economia em Chicago, o meu professor disse: “Quero deixar uma coisa bem clara. Há uma margem de erro de cerca de 60% em toda a economia. Isto deve-se simplesmente ao facto de que, claro, há pressupostos que têm de ser estabelecidos para que seja possível desenvolver algum tipo de modelo. E esses pressupostos podem ser muito significativos em alguns casos”. Certo? Por isso devemos ser cuidadosos ao basearmo-nos apenas em números e usarmos apenas números para corroborar as nossas afirmações. Queria apenas levantar esta questão.

SR. PESME: A minha formação é em matemática e, portanto, os números são a minha paixão. (Risos.) Mas não se trata de números. Durante anos pensei que não era realmente importante medir. E acho que vai ser extremamente difícil e devemos ser muito cuidadosos com estes números que são aventados por aí, milhares de milhões (inaudível), etc. Nós não sabemos. É bom termos uma ordem de magnitude, mas não sabemos se são dois mil milhões, 10 mil milhões, 15 mil milhões.

SRA. LOWE: Sim.

SR. PESME: Agora, o que é importante, e penso que precisamos de fazer mais neste sentido no tocante à questão de anticorrupção, é medir o impacto de políticas públicas. Estamos a avaliar os elementos certos? Qual é um impacto de uma política comparativamente a outra? Isto é um grande desafio na aplicação da lei. Os responsáveis pela aplicação da lei tendem a pensar em termos de casos e um caso é um sucesso. Mas há casos menos importantes do que outros. E

penso que é aqui que a medição do impacto da política, a compreensão do risco e a medição do impacto da política são muito importantes. E não é necessário (inaudível) obter os números mais definitivos sobre os produtos da corrupção. Acho que vamos continuar a discordar da GFI (Global Financial Integrity) sobre isto durante anos – (risos) – e, na verdade, é bom discutir, porque pelo menos estamos a tentar ir mais além. Mas medir o impacto de políticas é muito importante. Ou seja, de um ponto de vista (inaudível), o nosso sucesso consiste em recuperar até ao último centavo e nada mais? Ou será que podemos afirmar que a comunidade internacional recuperou 50% do activo? Não sei qual é a resposta, mas precisamos de ter essa discussão.

SRA. SHAH: Muito rapidamente, sobre a questão de se é realmente necessário medir a corrupção para poder abordá-la. Lembro-me de que há alguns anos assisti a uma palestra de um professor universitário americano que ainda tenho presente. Ele comparou a corrupção a um buraco negro – não porque se nos aproximarmos muito seremos sugados mas por ser possível ver se existe, de facto, corrupção ao observarmos como tudo à sua volta se comporta. Por isso a corrupção é realmente palpável – se vivermos numa sociedade em que a corrupção está enraizada, esta é palpável. Podemos senti-la pelo modo como todos se comportam à nossa volta. Só queria fazer este comentário.

SR. HELLER: Um pequena observação complementar, Tom, para si. Estou curioso relativamente ao seguinte. De há vários anos para cá os Relatórios de Direitos Humanos do Departamento de Estado têm vindo a ter um forte efeito galvanizador sobre o movimento mais amplo e fornecem uma interessante cobertura política genérica. Pensa que deveria haver uma série de relatórios por país sobre a corrupção, no futuro – quais são os prós e os contras disso? Isso ajudaria pessoas como o senhor, no seio do governo, a produzir mais e melhor trabalho? Teria efeitos negativos? Seria neutro? Estou apenas a levantar isto como hipótese.

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Bem, quando se é empossado na qualidade de Secretário Adjunto para Democracia e Direitos Humanos, é-se obrigado a assinar um juramento de sangue de que nos opomos a qualquer outra exigência de elaboração de relatórios. (Risos.) Embora gostemos muito dos nossos relatórios e eles são – são galvanizadores. Não sei. Já pensei nisso. Não sei a que conclusão chego. Não sei se faríamos um trabalho suficientemente bom, para ser brutalmente honesto, em termos de medir com precisão, realçar e expor publicamente, de uma forma realmente equilibrada, a corrupção pública em todos os países do mundo. Acho que seria ainda mais difícil do que a tarefa que já temos em mãos de expor os abusos de direitos humanos por parte de governos em todo o mundo. É essa a minha intuição. E se esse trabalho pode ser feito extremamente bem por uma organização como a Transparency International ou por outras instituições que o podem fazer com absoluta objectividade e que, depois, podem recorrer a nós para fazermos o que penso ser o nosso verdadeiro trabalho, e que é a aplicação da lei a todos os níveis, essa penso que ser uma óptima divisão do trabalho.

SR. HELLER: Estou só aqui a olhar para o relógio. Vou fazer só mais uma pergunta e depois passo para as conclusões.

SRA. LOWE: Há também alguém na sala.

SR. HELLER: Sim. Acho que isso é justo. Obrigado.

SRA. LOWE: Hoje temos mesmo uma plateia.

SRA. SHAH: (Risos.) Sim.

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Sim.

SR. HELLER: Estou só muito – fui fortemente instruído para me focar no hashtag e no Twitter. Mas claro que isso está mais do que certo. Por que é que em vez de fazermos uma pergunta final virtual – não sei se temos microfones portáteis ou não, mas se falarem suficientemente alto acho que dará certo. Reflexões ou perguntas de alguém na assistência? Vamos ver quantas temos, se tivermos tempo suficiente. Porque não uma, duas, três, muito rapidamente, a começar pelo fundo. Por favor levante bastante a voz. Isso.

SRA. LOWE: Sim, temos um microfone.

SR. HELLER: Ah, temos um microfone. OK. Vamos ouvir as três perguntas de seguida e rapidamente e, depois, respondemos a todas de uma vez.

PERGUNTA: Bem, obrigado a todos. Serei rápido. Gostaria na verdade de saber se poderia falar sobre o papel das comissões de anticorrupção geridas por países em (inaudíveis) globais, se estas partilham informações entre si, ou se operam em planos separados.

SR. HELLER: Temos então a clássica pergunta sobre comissões. Alguém mais que seja rápido a chegar ao microfone ou não sei se temos como fazê-lo chegar até si.

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Acho que conseguimos ouvir as pessoas.

SR. HELLER: Sim. Faça a pergunta e nós tentaremos repeti-la --

SRA. LOWE: Pode fazer a pergunta.

SR. HELLER: Só um segundo. Vamos passar o microfone rapidamente. Obrigado.

PERGUNTA: Tem havido muita discussão sobre o facto de a corrupção começar no topo e a Transparency International mencionou a campanha “Desmascarar a Corrupção” que está a visar o poder com impunidade. Há quem pense que sobretudo a grande corrupção deveria ser considerada um crime internacional. Actualmente temos apenas o ICC que pode indiciar chefes de Estado. Valeria a pena considerar a possibilidade de estabelecer um tribunal anticorrupção para lidar com os níveis mais elevados de corrupção?

SR. HELLER: E aqui à frente para a última –

PERGUNTA: O que pode ser feito para se publicar mais sobre isto na Internet para que as pessoas possam ver o que está a acontecer, como as negociações são feitas, qual é a contribuição de cada partido e quais são os seus critérios?

SR. HELLER: Ótimo. Obrigado. O melhor é respondermos uns a seguir aos outros – sem abusar do facto do Tom estar próximo de mim. Podemos começar pelo Secretário Adjunto e seguir até ao fim. Podem responder a uma, duas ou três destas perguntas. Depois vou tentar encerrar.

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Na verdade, acho que gostaria – (risos) –

SRA. SHAH: Obrigado. Vou começar pela sua pergunta, a que é essencialmente sobre o tribunal internacional para julgar líderes acusados de grande corrupção. Isto é uma questão que está muito em voga actualmente por causa do artigo de opinião do Juiz Wolf no Washington Post. E voltou realmente a dar relevância a este debate. A Transparency International ainda não marcou a sua posição oficial sobre este assunto mas estamos a analisar a questão. Porque a impunidade é uma questão de tamanho relevo para as secções da TI que se encontram a trabalhar em ambientes tão distintos em todo o mundo. Portanto, estamos em conversações com o Sr. Juiz Wolf. Estamos a analisar esta questão. Há já algum tempo que esta questão está sob análise, mas há também desafios práticos relacionados com soberania, quanto a se é de facto possível fazer com que os países assinem a convenção e para que serviria esta se países grandes como a Índia, a China e países africanos não a assinassem -- o que é que isso significaria? Há questões complicadas. Mas estamos a analisar a questão, especialmente dado que este ano o tema do movimento da TI é de facto “Desmascarar a Corrupção”.

SR. PESME: Dois comentários breves. Relativamente às comissões anticorrupção, há um debate em curso sobre isto e, na verdade, as evidências, embora eu não seja especialista no assunto, mas é o que ouço dizer os meus colegas no banco que trabalham nesse assunto, as evidências são ambíguas em relação a se a criação de uma comissão autónoma de anticorrupção produz sempre os frutos esperados. Depende muito do contexto do país. Tem a vantagem de transmitir um sinal político de grande poder. Levanta muitas questões em termos da integração no sistema jurídico, processos, processo judicial, etc. Por isso, penso que teremos de ser muito cuidadosos ao definir se essa é a solução para a anticorrupção e analisar minuciosamente o contexto local e também a integridade da instituição existente, etc. O que existe é ambíguo, e trata-se mais de princípios, de garantir a existência de autoridades responsáveis, do que da criação de uma agência especializada autónoma.

Em relação ao tribunal internacional, o banco não tem uma opinião sobre isso. Apenas algo que gostaria de enfatizar, relativamente à corrupção, é que existe uma grande lacuna na aplicação. Temos a Convenção Anti-Suborno – já existe há anos – temos a UNCAC (Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção). Se olharmos para os instrumentos existentes, a lacuna de aplicação é muito significativa. Por isso, parte da minha resposta é: vamos primeiro escolher o que temos –

SRA. LOWE: Sim.

SR. PESME: – e empreender esforços para que todos os instrumentos disponíveis sejam usados na sua máxima capacidade. Talvez depois descubramos concretamente quais são as lacunas restantes, os problemas grandes, mas há sempre uma certa tentação de criar algo novo em vez de usar primeiro o que já temos e entender a fundo quais são as falhas. Se observarmos o suborno no âmbito da anticorrupção na OCDE veremos que levou anos até que os países membros

começassem a tomar acções de execução. E, até certo ponto, a criação de um tribunal internacional pode ser uma forma de eles dizerem: “Ah, isso agora já não está nas nossas mãos. O Tribunal lida com isso”. Em última análise, isso seria uma grande desvantagem em termos de acção colectiva global.

SR. HELLER: Heather. Alguns pontos para concluir?

SRA. LOWE: Vou optar por uma abordagem mais provocadora: quando falamos em tribunal criminal internacional, para mim isso é uma questão muito mais ampla. É o facto de que agora temos uma sociedade, vivemos num mundo em que não há fronteiras para o dinheiro, certo? O dinheiro pode ser transferido de um país para outro, num piscar de olhos, com controlos mínimos, etc. E, contudo, temos uma estrutura jurídica no mundo que é inteiramente dividida por nações soberanas e regras soberanas, certo? Portanto, as agências de aplicação da lei não podem seguir o rasto desse dinheiro ao mesmo ritmo a que o dinheiro circula. E isto está a acontecer no que diz respeito a tudo devido à globalização. Não estou com isto a dizer que a globalização é má, nem nada parecido; é apenas para dizer que ainda não descobrimos uma forma de acompanhar a globalização quando se trata da aplicação das nossas leis em todo o mundo. Penso que este é um assunto sobre o qual temos muito a ponderar em geral. É isso que quero dizer.

Sobre a possibilidade de publicar estas coisas todas na Internet, as negociações e compromissos feitos, claro que alguns destes nunca vão ser divulgados na Internet, certo? Isso faz sentido. Mas há certamente um movimento actual muito mais alargado que insiste em divulgar publicamente diversos contratos, certamente os contratos do governo, para que as pessoas possam vê-los, ver se haveria, ou não, possibilidade de que tivesse havido compromissos privados por trás de X, Y ou Z, e se os compromissos são justos, etc. Qual será a evidência de que possa ter havido um pagamento corrupto tendo em conta que o negócio é tão incrivelmente mau? Gostaria também de acrescentar que se encontram certamente em muitos desses contratos do governo, quando falamos de contratos internacionais, cláusulas de imunidade soberana, algo a que também devemos estar atentos. Há um movimento concreto que faz pressão para que isso aconteça. Penso que isso já está a acontecer em alguns países. Tenho conhecimento de que as Filipinas estão a considerar isso muito seriamente. A Colômbia também está a empreender muitos esforços nesse sentido. Assim, sugiro que façam buscas no Google para saber mais sobre isto, sobre documentos que corroborem isto e coisas em que possam envolver-se. Isso é certamente algo que vale a pena explorar.

SR. HELLER: Só um pequeno à parte: há algo interessante a acontecer aqui no Hub. Há um novo movimento chamado “movimento de contratação aberta” e esse gabinete, que surgiu a partir do Banco Mundial, nos últimos meses, irá trabalhar a tempo inteiro nesta comunidade. Se quiserem falar com pessoas que são realmente peritas neste movimento relacionado com a abertura de contratos governamentais, este é um bom ponto de partida.

Últimos comentários, Sr. Secretário Adjunto?

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Sim, talvez acrescentar alguma coisa ao seu comentário provocador. Parece-me que temos os instrumentos e mecanismos necessários para agir em relação aos fluxos de fundos adquiridos corruptamente por meio do sistema internacional.

SRA. LOWE: Mas são lentos.

SECRETÁRIO ADJUNTO MALINOWSKI: Bom, mas é assim que as coisas são feitas numa investigação policial numa sociedade de Estado de Direito. Ou seja, temos de ter presente que os Estados Unidos são ainda o centro nevrálgico do sistema bancário internacional. E, ao realizar-se uma transacção que é iniciada na Bélgica e termina na Nigéria, não se está efectivamente a passar ao lado dos Estados Unidos – bem pelo contrário. Temos uma capacidade extraordinária e, por isso, a responsabilidade inerente de estarmos no centro nevrálgico de uma campanha internacional contra a corrupção. Para fazê-lo correctamente é necessário contar com uma base factual sólida para a acção. É necessária inteligência de qualidade, o que nem sempre é fácil conseguir. Somos uma sociedade de Estado de Direito. Não podemos agir com base num palpite de que um tal líder possa ser corrupto só porque é óbvio que assim é. Necessitamos de estar em posse de provas, temos que fazer as coisas correctamente. Mas nos casos em que contamos com essa evidência, e quando temos também a determinação, penso que temos a capacidade - mesmo na ausência de um tribunal internacional multinacional, o qual, mesmo se estivéssemos de acordo que seria boa ideia e decidíssemos criá-lo, levaria anos e anos a chegar ao ponto de funcionar correctamente, enquanto temos já à disposição instrumentos e mecanismos dos quais poderíamos tirar maior proveito se decidíssemos fazê-lo.

SR. HELLER: Isto poderia continuar indefinidamente, mas não continuará. Assim, muito obrigado a todos por terem participado. Permitam-me apenas fazer alguns comentários breves sobre o caminho que esta conversa seguirá a partir daqui. Em primeiro lugar, caso tenham quaisquer perguntas adicionais, haverá uma conversa online. Não se esqueçam do *hashtag*, especialmente no Twitter, #StateofRights, para que possamos continuar colectivamente a lidar com estas questões nesse espaço. O vídeo – estou a ver nestas notas – o vídeo do evento de hoje será arquivado e serão disponibilizadas transcrições em diversas línguas no site humanrights.gov nos próximos dias. Sinceros agradecimentos ao Departamento de Estado por investir em tudo isso. E para todos os que vieram hoje, reitero, muito obrigado por terem vindo. É realmente muito bom ver a enorme resposta que este evento suscitou. E não podemos deixar de concluir com uma forte salva de palmas para os quatro membros do painel aqui presentes, a mesa de comunicação social que tem estado a trabalhar incansavelmente para registar tudo isto, e todos os outros pelas perguntas que colocaram. Obrigado. Por que não concluir com um aplauso e, em seguida, continuaremos online. Obrigado a todos. (Aplauso.)

###